

COMISSÃO DE VIAÇÃO E TRANSPORTES

REQUERIMENTO Nº , DE 2026

(Do Sr. PAULO GUEDES)

Requer a realização de Audiência Pública para debater a regulamentação dos táxis intermunicipais e transportadores alternativos, bem como os critérios utilizados pelo DER-MG para aplicação de multas e apreensões de veículos.

Senhor Presidente:

Nos termos regimentais, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão de Viação e Transportes, a realização de **Audiência Pública** para debater a regulamentação dos táxis intermunicipais e demais transportadores alternativos que atuam no transporte de passageiros entre municípios, bem como os critérios adotados pelo Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais (DER-MG) para aplicação de multas, autuações e apreensões de veículos.

Para tanto, solicito que sejam convidados:

- 1.Representante da Agência Nacional de Transportes Terrestres;
- 2.Representante do Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais;
- 3.Representante da Secretaria de Estado de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais;
- 4.Representante do Ministério Público do Estado de Minas Gerais;
- 5.Representante da Polícia Rodoviária Federal;
- 6.Representante da Polícia Militar Rodoviária de Minas Gerais;
- 7.Representantes das associações e cooperativas de taxistas intermunicipais e transportadores alternativos;
- 8.Especialistas em mobilidade e transporte de passageiros.



JUSTIFICAÇÃO

O transporte alternativo realizado por taxistas intermunicipais e outros transportadores de passageiros desempenha papel relevante na mobilidade da população, especialmente em localidades onde o transporte regular não atende adequadamente às necessidades dos usuários.

Entretanto, trabalhadores do setor têm manifestado preocupações quanto à ausência de regulamentação específica para determinadas modalidades de transporte, bem como em relação às ações de fiscalização, aplicação de multas e apreensões de veículos promovidas pelos órgãos competentes.

Diante desse cenário, faz-se necessário promover um amplo debate entre os órgãos reguladores e fiscalizadores, representantes dos transportadores, especialistas e a sociedade civil, com o objetivo de discutir alternativas para a regulamentação da atividade, os critérios adotados nas ações fiscalizatórias e os impactos econômicos e sociais decorrentes das penalidades aplicadas.

A audiência pública permitirá avaliar medidas que conciliem a segurança dos usuários, a legalidade da prestação do serviço, o direito ao trabalho dos profissionais do setor e a garantia da mobilidade da população, contribuindo para o aperfeiçoamento das políticas públicas de transporte de passageiros.

Pelas razões expostas, solicito o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em de de 2026.

Deputado Federal **PAULO GUEDES**

